

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Porto Sudeste do Brasil S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Relatório da Administração

1. Mensagem da Administração

A Administração da Porto Sudeste do Brasil S.A. - (“Porto Sudeste” ou “Companhia”), em observância aos preceitos legais e de acordo com a Legislação societária vigente vem submeter a apreciação de V.Sas. as Demonstrações financeiras individuais e consolidadas acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Estamos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos. Ao encerrarmos o exercício de 2024, a Diretoria externa seu reconhecimento aos fornecedores, empregados e bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

2. Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S (“EY”) presta serviços de auditoria externa relacionados ao exame das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a Companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência e objetividade do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

A EY declarou à Companhia que não existe qualquer vínculo ou situação de fato que configure conflito de interesses, inviabilizando o exercício da sua atividade de forma independente.

3. Explicações da Administração com relação aos títulos de remuneração variável

Visão Geral sobre os Títulos Perpétuos de Remuneração Variável

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o ticker MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) *Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”)*: um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) *Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”)*: uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem a Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Através da conclusão da Oferta de Permuta, a Porto Sudeste possui obrigação de pagamento aos veículos acima e à MMX, que por sua vez possuem obrigação de pagamento aos detentores das cotas/títulos permutados.

Há 983.407.010 Títulos Port11 emitidos, sendo 98,61% detidos pelo PSR, 0,43% detidos pela Porto V.M. e 0,96% detidos pela MMX.

Para mais informações, a escritura de emissão dos Títulos Port 11 está disponível no website da Porto Sudeste do Brasil.

Cálculo dos Royalties

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

Em que:

R = *royalties* devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator Proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de *Royalties* do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas – Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9
TMOG	-	-	-	-	-	-	0,1	-	-
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

No 4º trimestre de 2024, o Porto Sudeste embarcou 5.246 mil toneladas de minério de ferro (TMMF) e zero toneladas de outras cargas (TMOG), que multiplicado pelo valor atualizado por tonelada de US\$ 6,38 (VpTMF e VpTDC) resultou em *royalties* de US\$ 33.468 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$ 219.107 mil no período. O acumulado de *Royalties* até esse ano é de US\$ 1.474.769 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$6.464.781 mil. Nenhum montante foi pago até este trimestre.

A Porto Sudeste VM, subsidiária integral da Porto Sudeste, tem US\$ 6.336 mil de *royalties* acumulados a receber, que convertidos para Reais totalizou R\$ 27.799 mil referente a quantidade de Títulos Port11 que detém (proporção de 0,43% do total).

Port11 sobre volumes embarcados / ToP	Saldo Inicial	1° Tri 2024	2° Tri 2024	3° Tri 2024	4° Tri 2024	Balanco YTD	Saldo Final
Volume (TMMF)	235.667.165	5.880.622	5.939.736	4.788.046	5.245.742	21.854.146	257.521.311
Volume (TMOC)	106.060	-	-	-	-	-	106.060
Price per Ton (\$)	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00
PPI Accrued	0,66	1,38	1,38	1,38	1,38	1,38	0,72
Preço ajustado por TON (\$)	5,66	6,38	6,38	6,38	6,38	6,38	5,72
Saldo Acumulado (USD '000)	1.335.340	37.518	37.896	30.548	33.468	139.429	1.474.769
Port11 Pagamentos (USD '000)	-	-	-	-	-	-	-
Port11 Saldo a Pagar (USD '000)	1.335.340	37.518	37.896	30.548	33.468	139.429	1.474.769

Porto Sudeste VM	Saldo Inicial	1° Tri 2024	2° Tri 2024	3° Tri 2024	4° Tri 2024	Balanco YTD	Saldo Final
Port11 detidos <i>em proporção a todos os Port11</i>	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%	0,43%
Saldo Acumulado (USD '000)	5.742	160	161	130	143	594	6.336
Pago p/ detentores PSVM11 (USD '000)	-	-	-	-	-	-	-
Saldo a Pagar (USD '000)	5.742	160	161	130	143	594	6.336

Pagamento dos Royalties

O pagamento de *Royalties* em cada trimestre será realizado em até 60 dias a contar do fim de cada trimestre civil e está condicionado à existência de caixa disponível para pagamento dos *Royalties*, apurado após o desconto de tributos aplicáveis, custo caixa das operações, despesas operacionais, despesas de capital para manutenção, valores oriundos da reversão de determinadas provisões de caixa, bem como respeitada a preferência de determinados credores da Porto Sudeste, tudo nos termos da cláusula 5.2 da escritura de emissão dos Títulos Port 11 (“Caixa Disponível para Royalties”).

Os *Royalties* serão cumulativos, ou seja, no caso de em um determinado trimestre o Caixa Disponível para *Royalties* apurado pela Porto Sudeste não ser suficiente para permitir o pagamento, total ou parcial, dos *Royalties* até então determinados, tais *royalties* não pagos deverão ser adicionados ao montante dos *Royalties* do próximo trimestre. Os *Royalties* apenas devem ser considerados devidos e pagáveis quando a Porto Sudeste tiver apurado Caixa Disponível para *Royalties* suficiente para tanto.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento dos então corrente *Royalties* o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até o último dia de tal trimestre civil (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exigiam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

Caixa Disponível para Pagamento de Royalty BRL '000	1º Trimestre 2024	2º Trimestre 2024	3º Trimestre 2024	4º Trimestre 2024
Recebimentos	402.180	333.367	282.363	267.811
Despesas	(222.839)	(213.893)	(180.517)	(169.645)
Pagamento do Serviço da dívida	(118.131)	(91.592)	(95.571)	(90.271)
Constituição de Conta Reserva da dívida (*)	(61.210)	(27.882)	(6.275)	(7.895)
Caixa Disponível para Royalties	-	-	-	-

(*) Montante constituído como garantia aos credores seniores e bloqueado para movimentação. Até o final desse trimestre totalizaram R\$103.262. Estes montantes são investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados entre 96% e 100,54% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Até o final desse trimestre totalizaram R\$5,240 de remuneração.

O eventual saldo de caixa existente na Porto Sudeste (visão Controladora) refere-se ao saldo de aportes dos acionistas e a saldos que devem ser mantidos em contas para atender alguma obrigatoriedade operacional, como a conta de garantia para compra de energia e Pis/Cofins depositados em juízo. Neste trimestre, não houve saldo de Caixa Disponível para pagamentos de *Royalties*.

Contabilização do Port11

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no Valor Presente do Fluxo de Caixa Projetado do pagamento dos *Royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *royalties* acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no Ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no Passivo.

A mensuração desses títulos Port 11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de 11,62% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, expectativas de preços da commodity, movimentação de outros granéis sólidos, operações de transbordo a contrabordo de petróleo, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente do fluxo de caixa futuro descontado foi de US\$3.633.849 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$22.501.889 mil (US\$3.678.869 mil em 31 de dezembro de 2023, que convertidos para Reais totalizou R\$17.810.507 mil). Destes totais, os valores correspondentes aos títulos PSVM11 são representados na data base de 31 de dezembro de 2024 em US\$15.478 mil, que convertidos para reais totalizou R\$95.842 mil (US\$15.669 mil em 31 de dezembro de 2023, que convertidos para reais totalizou R\$75.859 mil).

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$16.703 mil em 31 de dezembro de 2024 (comparado a R\$13.059 mil em 31 de dezembro de 2023), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

Itaguaí, 13 de março de 2025.

A Administração.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras condensadas individuais e consolidadas... ..	10



Shape the future
with confidence

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Porto Sudeste do Brasil S.A.
Itaguaí/RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



**Shape the future
with confidence**

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC 1SP-133169/O

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	949	5.791	58.642	182.716
Contas a receber de clientes	5	20.156	29.873	20.156	29.873
Contas a receber com partes relacionadas	16	-	592.046	751.366	928.188
Estoques	6	106.920	74.498	359.901	213.332
Impostos a recuperar		18.195	9.222	20.729	11.642
Adiantamentos com partes relacionadas	16	-	-	136.519	-
Adiantamentos	8	3.292	14.242	3.292	14.242
Outros		-	-	3.150	3.521
Total do ativo circulante		149.512	725.672	1.353.755	1.383.514
Não circulante					
Depósitos vinculados	7	123.514	13.611	123.514	13.611
Contas a receber com partes relacionadas	16	541.419	-	541.419	-
Impostos a recuperar		-	2.390	571	4.776
Investimentos	9	55.693	44.684	-	-
Imobilizado	10	7.957.035	6.427.652	8.009.439	6.468.793
Intangível	11	13.174.683	10.414.859	13.174.683	10.414.859
Depósitos judiciais	19	96.317	74.447	96.948	74.846
Outros		-	-	-	58
Total do ativo não circulante		21.948.661	16.977.643	21.946.574	16.976.943
Total do ativo		22.098.173	17.703.315	23.300.329	18.360.457

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	77.872	59.768	343.340	499.512
Empréstimos e financiamentos	13	88.962	90.162	1.206.468	368.192
Impostos e contribuições a recolher	15	23.779	59.448	27.516	66.236
Partes relacionadas	16	50.256	4.323	11.238	42.503
Adiantamentos de clientes		75	534	96	2.601
Encargos trabalhistas		11.802	27.214	11.802	27.214
Total do passivo circulante		252.746	241.449	1.600.460	1.006.258
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	7.133.048	5.741.693	7.133.048	5.741.693
Títulos de remuneração variável	14	22.485.186	17.797.448	22.485.186	17.797.448
Provisão Passivo a descoberto	9	145.599	107.682	-	-
Provisão de contingências	18	10.566	8.177	10.607	8.192
Total do passivo não circulante		29.774.399	23.655.000	29.628.841	23.547.333
Patrimônio líquido negativo	20				
Capital social		3.148.590	3.148.590	3.148.590	3.148.590
Ajustes acumulados de conversão		(1.715.371)	77.705	(1.715.371)	77.705
Prejuízos acumulados		(9.362.191)	(9.419.429)	(9.362.191)	(9.419.429)
Total do patrimônio líquido negativo		(7.928.972)	(6.193.134)	(7.928.972)	(6.193.134)
Total do passivo e patrimônio líquido		22.098.173	17.703.315	23.300.329	18.360.457

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita, líquida de venda de bens e serviços	21	975.585	1.582.898	5.753.766	6.669.856
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	(679.096)	(617.396)	(5.434.136)	(5.635.200)
Receita líquida		296.489	965.502	319.630	1.034.656
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	23	(71.052)	(80.458)	(74.049)	(81.485)
Resultado de equivalência patrimonial	9	(18.924)	(8.381)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	14	2.001.940	(3.153.216)	2.001.774	(3.153.213)
		1.911.964	(3.242.055)	1.927.725	(3.234.698)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		2.208.453	(2.276.553)	2.247.355	(2.200.042)
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		373.308	595.540	480.261	676.359
Despesas financeiras		(2.524.523)	(3.167.721)	(2.670.378)	(3.323.072)
		(2.151.215)	(2.572.181)	(2.190.117)	(2.646.713)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		57.238	(4.848.734)	57.238	(4.846.755)
Imposto de renda e contribuição social	17	-	-	-	(1.979)
Lucro (prejuízo) do exercício		57.238	(4.848.734)	57.238	(4.848.734)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Lucro (prejuízo) do exercício	57.238	(4.848.734)	57.238	(4.848.734)
Diferenças cambiais relacionadas à conversão para moeda de apresentação	(1.793.076)	77.341	(1.793.076)	77.341
Total dos resultados abrangentes	(1.735.838)	(4.771.393)	(1.735.838)	(4.771.393)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Consolidado				
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.106.990	41.600	364	(4.570.695)	(1.421.741)
Integralização de Capital	41.600	(41.600)	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	77.341	-	77.341
Prejuízo do exercício	-	-	-	(4.848.734)	(4.848.734)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.148.590	-	77.705	(9.419.429)	(6.193.134)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(1.793.076)	-	(1.793.076)
Lucro do exercício	-	-	-	57.238	57.238
Saldos em 31 de dezembro de 2024	3.148.590	-	(1.715.371)	(9.362.191)	(7.928.972)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Demonstrações condensadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre a renda	57.238	(4.848.734)	57.238	(4.846.755)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	325.343	332.554	325.349	332.560
Baixa do Imobilizado	15.302	3.968	15.474	3.968
Outras amortizações	48.214	70.044	48.419	70.044
Resultado de equivalência patrimonial	18.924	8.381	-	-
Atualização dos royalties	(234.526)	5.110.223	(234.526)	5.110.223
Juros parte relacionada	(48.971)	-	(35.768)	36.773
Juros sobre empréstimos	595.334	471.339	661.113	501.169
Ajuste de preço	-	-	86.018	-
Atualização monetária ativa	(14.194)	(15.072)	(14.194)	(15.073)
Variação monetária	(251.631)	108.292	(281.685)	124.222
Outras provisões	(15.417)	6.343	(225.068)	218.530
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	9.775	36.427	9.775	36.427
Contas a receber - parte relacionada	78.667	(457.148)	(226.031)	(608.560)
Adiantamentos diversos	(29.142)	(42.274)	(29.347)	(351.528)
Adiantamentos – parte relacionada	-	-	(113.935)	-
Dividendos	-	1.448	-	-
Estoques	(15.387)	(14.176)	(82.270)	(77.839)
Depósito vinculado	(103.283)	-	(103.283)	-
Depósitos judiciais	(14.504)	(4.707)	(14.487)	(4.718)
Impostos a recuperar	5.596	(61.604)	7.336	(61.977)
Adiantamentos de cliente	(488)	1.480	(2.592)	3.586
Fornecedores	50.281	20.160	41.626	458.365
Impostos e contribuições a recolher	(47.640)	92.933	(50.692)	95.200
Partes relacionadas	66.352	(23.651)	(35.564)	(17.682)
Juros pagos	(234.640)	(250.565)	(291.902)	(280.428)
Outros ativos	106	4.645	477	1.814
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	261.309	550.306	(488.519)	728.321
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(73.128)	(127.582)	(73.130)	(127.582)
Adiantamento para futuro aumento de capital	(400)	(600)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(73.528)	(128.182)	(73.130)	(127.582)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos captados	-	-	3.258.547	1.542.423
Fiança bancária	(30.339)	(29.772)	(30.339)	(29.772)
Empréstimos liquidados- pagamento de principal	(160.923)	(420.596)	(2.775.218)	(2.126.900)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamentos	(191.262)	(450.368)	452.990	(614.249)
Diferença cambial líquida				
Variação cambial	(1.361)	(3.813)	(15.415)	97.003
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.842)	(32.057)	(124.074)	83.493
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	5.791	37.848	182.716	99.223
No fim do exercício	949	5.791	58.642	182.716
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(4.842)	(32.057)	(124.074)	83.493

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Porto Sudeste do Brasil S.A. (“Porto Sudeste” ou “Companhia”) foi constituída em 7 de novembro de 2007, objetivando o desenvolvimento de operações de logísticas integradas no setor portuário, notadamente a implantação e operação do Terminal Portuário denominado Porto Sudeste (“Terminal” ou o “Porto Sudeste”). A Companhia está sediada na Rua Félix Lopes Coelho, 222, Ilha da Madeira, Itaguaí, Rio de Janeiro.

A Companhia é composta pela controladora e suas controladas Pedreira Sepetiba Ltda. (“Pedreira”), Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda. (“TCS”), Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”) e Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

A IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e EAV Lux 2 S.A.R.L. (“Mubadala”), por meio de investidas no Brasil, são titulares, em conjunto, de 99,35% de participação acionária na Companhia, por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações.

Os controladores Trafigura e Mubadala celebraram, em fevereiro de 2014, Acordo de Acionistas que detalha os direitos e deveres de cada acionista controlador.

Situação financeira da Companhia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta capital circulante líquido consolidado negativo de R\$246.705, será coberto com a geração de caixa gerado nos próximos trimestres de 2025, lucro no exercício de R\$57.238 (impactado pela atualização dos títulos Port11, conforme Nota 14) e prejuízos acumulados consolidados de R\$9.362.191, e dessa forma, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 é negativo em R\$7.928.972. A Companhia encerrou o exercício com uma posição consolidada de caixa de R\$58.642.

A Companhia iniciou suas operações em janeiro de 2016 e desde então vem crescendo seu volume de movimentação anual e expandindo seus serviços para outros graneis. Consequentemente, a geração de caixa operacional vem atingindo patamares cada vez mais robustos e superiores as necessidades dos serviços da dívida. O excesso de caixa gerado em 2024, após o serviço da dívida obrigatório, foi majoritariamente destinado para a composição da conta reserva relacionada as dívidas sêniores do BNDES e Bradesco, conforme nota explicativa 7.

No 4º trimestre de 2024, a Companhia embarcou aproximadamente 5,2 milhões de toneladas de minério de ferro. A Companhia também movimentou outras cargas nesse trimestre, através do desembarque de 67 mil toneladas de carvão e 8 operações de transbordo de petróleo entre navios atracados (ship-to-ship), quantidades ainda pouco representativas quando comparadas ao minério de ferro. No acumulado do ano, totalizou-se aproximadamente 21,9 milhões de toneladas de minério de ferro, 0,3 milhões de toneladas de outros graneis sólidos e 16 operações de transbordo de petróleo. Quando comparado a 2023, o desempenho de 2024 piorou influenciado, principalmente, pela queda dos preços minério de ferro ao longo do ano.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Situação financeira da Companhia--Continuação

A boa performance operacional refletiu positivamente no desempenho financeiro da Companhia. Todo excesso de geração de caixa foi destinado aos compromissos da dívida.

O prejuízo contábil líquido foi impactado, principalmente, pelo efeito dos Títulos Port11 contabilizados no passivo (Nota 14), que é marcado a valor justo, portanto, uma melhor expectativa de seu pagamento gera um aumento no seu valor presente.

Licenças

A Companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, em 15 de julho de 2010, a autorização para construção e implantação de terminal marítimo com capacidade para embarque de 50 milhões de toneladas por ano, localizado na Ilha da Madeira, Itaguaí - RJ. Esta concessão é de 25 anos, prorrogável por mais 25 anos. No ano de 2014, após concluir a primeira fase das obras de implantação do terminal e obter a respectiva licença ambiental de operação, a Companhia recebeu da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o Termo de Liberação Operacional (TLO) e a Habilitação ao Tráfego Internacional Marítimo (HTMI), encontrando-se desde então, plenamente autorizada por esta agência reguladora a operar a primeira fase do Terminal. Além da liberação da agência reguladora, a primeira fase do terminal encontra-se devidamente alfandegada e apta para receber mercadorias destinadas à exportação. Quanto ao acesso *offshore*, a dragagem e a derrocagem do canal de acesso ao Terminal e da bacia de atracação foram concluídas no início do ano de 2015.

Com relação à segunda fase do terminal (50 milhões de toneladas por ano), a Companhia concluiu a montagem dos equipamentos em meados de 2015 e, em 12 de novembro de 2015, obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) o TLO número 11/2015, no qual a Companhia é autorizada a dar continuidade à operação parcial do Terminal de Uso Privado, com observância a normas e regulamentos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e adaptações exigidas pela Nova Lei dos Portos.

Quanto à Receita Federal, as áreas do Pátio 06, túnel, píer e pátio 32, encontram-se devidamente alfandegadas.

Em dezembro de 2021, a Companhia concluiu o processo de licenciamento para movimentação de granéis líquidos. Em 2022, a cia realizou suas primeiras operações de transbordo de petróleo na modalidade atracado, atendendo empresas que exploram petróleo no pré-sal.

Em continuidade ao processo de diversificação das operações, no dia 27 de dezembro de 2022, conforme publicado em Diário Oficial, a companhia obteve junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, o Termo de Licença de Instalação (TLI), que permite a construção e implantação para expansão da capacidade do terminal marítimo, de 50 milhões de toneladas adicionais por ano de granéis líquidos, totalizando 100 milhões de toneladas.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), emitida pelo CPC em novembro de 2023, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Em 13 de março de 2025, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e a divulgação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Base de preparação e mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações financeiras-- Continuação

c) Moeda funcional

Com o início das operações em 1º de janeiro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias passaram a auferir receitas substancialmente denominadas em dólares norte-americanos. Desta forma, sua moeda funcional foi alterada do Real para o Dólar norte-americano. Em atendimento à legislação brasileira e de acordo com o pronunciamento CPC 02 - Efeito das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, convertendo a moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Reais), sendo os ativos e passivos convertidos pela taxa de câmbio de fechamento do período, as contas de resultado pela taxa de câmbio na data da ocorrência e o patrimônio líquido pelo valor histórico de formação. O efeito da conversão para a moeda de apresentação é apresentado no patrimônio líquido como “Ajustes acumulados de conversão”.

d) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Companhia e as seguintes controladas:

	Participação - %				Localização da sede	Atividade principal
	Capital social		Capital votante			
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		
Controladas diretas						
Pedreira	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Extração e britamento de pedras
TCS	99,98%	99,98%	99,98%	99,98%	Brasil	Logística
Porto VM	100%	100%	100%	100%	Brasil	Detentora de parte dos títulos de royalties
Porto Sudeste Exportação	100%	100%	100%	100%	Brasil	Compra e venda de minério

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- (i) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as Companhias consolidadas.
- (ii) Eliminação dos saldos das contas de investimentos e correspondentes participações no capital e lucros (prejuízos) acumulados das controladas.
- (iii) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como dos lucros não realizados decorrentes de negócios entre as Companhias. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.
- (iv) Os saldos das transações com as controladas são eliminados e as participações que cabem aos demais quotistas são destacadas no balanço patrimonial e resultado.
- (v) Alterações no percentual de participação em controladas que não resultem em perda e/ou ganho de controle são registradas no patrimônio líquido.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contém um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia são classificados como ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ajustados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

passivo financeiro.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos.

c) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

3.4. Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Sendo assim, esses investimentos são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada ou coligada. O ágio, se houver, é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.4. Investimentos--Continuação

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas, e mudanças diretamente reconhecidas no patrimônio são refletidas, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido da controladora.

A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional em relação ao valor recuperável do investimento em suas investidas. Se aplicável, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável do investimento e o valor contábil e reconhece este montante no resultado.

3.5. Imobilizado

O imobilizado é apresentado ao custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros, variação cambial e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O imobilizado contém adiantamentos para prestação de serviços ou aquisições de itens de ativo fixo efetuado com base em contratos vigentes e são reclassificados para o devido grupo de contas quando os serviços ou equipamentos instalados estiverem aptos para sua utilização e geração de caixa.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são registrados diretamente na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação de bens do imobilizado é calculada pelo método linear para parte civil, instalações e equipamentos administrativos, e método por unidade operada para os equipamentos operacionais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.6. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros--Continuação

O valor recuperável de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa (UGC) é o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida, no resultado do exercício, caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, sendo o limite da reversão o valor contábil, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7. Demais ativos e passivos circulantes e não circulante

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação

Impostos sobre vendas e serviços

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65% e 1,65%.
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,0% e 7,6%.
- Imposto sobre Serviços (ISS) - 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, computados sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, e 9% para contribuição social. As adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Todas as subsidiárias da Porto Sudeste são tributadas no regime do lucro real.

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis e saldos de prejuízos fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço, sendo o saldo mantido na extensão em que sua recuperação seja provável, com base nos lucros tributáveis futuros.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.8. Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos quando relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Provisões (incluindo contingências)

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar tal obrigação, com base em uma estimativa confiável do valor. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases trimestrais.

3.10. Receita de contrato com cliente

A IFRS 15, equivalente à norma CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.10. Receita de contrato com cliente--Continuação

A IFRS 15 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. A Companhia considera se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada. Ao determinar o preço de transação para a prestação dos serviços, a Companhia considera a existência de contraprestação variável, componentes de financiamento significativos, contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

i) Venda de produtos

A Companhia entende que o reconhecimento da receita ocorrerá quando o controle do produto é transferido para o cliente, geralmente na entrega da mercadoria.

A receita de venda de minério é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade são transferidos, o que para venda no mercado externo ocorre no momento do carregamento das embarcações para transporte.

O Grupo inicialmente reconhece sua receita pelo valor provisório apurado na data do embarque. Até o fechamento dos embarques que poderá ocorrer em até 180 dias a Companhia realiza provisões com base na média "SGX" (Singapore Exchange) mensal, ou seja, com base na curva de preço futuro do minério de ferro. O faturamento final é realizado com base no "Platts" apurando as penalidades cabíveis.

ii) Prestação de serviços

A receita com prestação de serviços é reconhecida a partir do cumprimento das obrigações de desempenho especificadas nos contratos com clientes. A principal atividade da Companhia consiste na prestação de serviços portuários, cuja única obrigação de desempenho identificada com base nos contratos vigentes é cumprida com a finalização do carregamento das embarcações.

A Companhia inicialmente reconhece sua receita pelo valor provisório apurado na data do embarque. Até o fechamento dos embarques que poderá ocorrer em até 180 dias a Companhia realiza provisões com base na curva de preço futuro do minério de ferro. O faturamento final é realizado com base no "Platts".

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.11. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Itens relevantes sujeitos a julgamentos e estimativas são: mensuração dos títulos de remuneração variável, reconhecimento e análise de recuperabilidade de créditos fiscais, vida útil do ativo imobilizado e intangível, perda por redução ao valor recuperável de ativos e provisão para contingências.

3.12. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas pelo método indireto.

3.13. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são contratações de serviços portuários e foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento)

Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.14. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2024-- Continuação

i) Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento--Continuação

A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

ii) Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

iii) Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

i) IFRS 18: Apresentação e Divulgação de Demonstrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)). O IFRS 18 estabelece novos requisitos para a apresentação da demonstração do resultado, incluindo totais e subtotais específicos, e exige que as receitas e despesas sejam classificadas em cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. Além disso, a norma demanda a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras.

Houve também alterações no IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2)), que mudaram o ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, além de remover a opcionalidade na classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. O IFRS 18 e as alterações nas normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida, mas não no Brasil. A aplicação será retrospectiva, e a Companhia está avaliando os impactos nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

ii) IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025-- Continuação

iii) Alteração IFRS 9 - Divulgação de informações quantitativas para termos contratuais

Em maio de 2024, o IASB emitiu emendas à IFRS 9 relacionadas a ativos financeiros, estabelecendo que as entidades devem divulgar informações quantitativas, como uma faixa de possíveis alterações nos fluxos de caixa contratuais. Isso significa que as entidades precisam fornecer tanto informações qualitativas quanto quantitativas sobre os termos contratuais que possam impactar o valor desses fluxos de caixa. Por exemplo, devem ser divulgadas as possíveis variações nas taxas de juros contratuais decorrentes de eventos contingentes associados a metas de ESG (ambiental, social e governança). As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos para garantir que todas as informações estejam em conformidade com a norma.

iv) IAS 21 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

Em março de 2024, o IASB, emitiu emenda referente ao Lack of Exchangeability, que busca definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Resumo das principais práticas e estimativas contábeis--Continuação

3.15. Pronunciamentos novos ou revisados aplicáveis a partir de 01 de janeiro de 2025-- Continuação

v) CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) alterou o Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) para alinhar as normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais do IASB. O CPC 18 passou a permitir o método da equivalência patrimonial (MEP) na mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Separadas, seguindo mudanças nas normas internacionais. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais, apenas ajustes redacionais e normativos. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e depósitos bancários	918	877	1.703	1.532
Equivalentes de caixa	31	4.914	56.939	181.184
	949	5.791	58.642	182.716

A Companhia investe em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”) diretamente de instituições financeiras de primeira linha às quais mantém relacionamento e realiza Operações Compromissadas com lastro em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas, com rentabilidade média vinculada ao DI (“CDI”), sem carência e com liquidez imediata.

Os investimentos do caixa são realizados em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados de 75% e 100,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), respectivamente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviço portuário	20.156	29.873	20.156	29.873
	20.156	29.873	20.156	29.873

Os montantes em aberto em 31 de dezembro de 2024 foram substancialmente recebidos até o mês de janeiro de 2025. A administração não identificou a necessidade de constituição de provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

6. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Brita	-	-	1.799	1.899
Minério de ferro	-	-	251.182	136.935
Almoxarifado	106.920	74.498	106.920	74.498
	106.920	74.498	359.901	213.332

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia efetuou a avaliação de seu estoque comparando-o ao preço de mercado e não identificou necessidade de registro de quaisquer provisões para perdas em estoque de minério de ferro, seja por motivos de obsolescência ou por redução ao valor recuperável.

7. Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Trustee ACC Itaú BBA (a)	15.012	13.611	15.012	13.611
Contas reservas BNDES e Bradesco (b)	108.502	-	108.502	-
	123.514	13.611	123.514	13.611

(a) Bloqueios temporários de parte das aplicações financeiras (*Trustee Account*), referentes à compra de terrenos para expansão do Porto Sudeste. O montante será realizado mediante obtenção das escrituras definitivas dos terrenos. Estes depósitos estão investidos em instituições financeiras de primeira linha e são substancialmente remunerados entre 96% e 100,54% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Durante 2024, a Companhia realizou depósitos para composição das Contas Reserva dos contratos de financiamento vigentes junto ao BNDES e Bradesco – Repasse BNDES, totalizando o saldo de R\$108.502 em 30 de dezembro de 2024, o que supera a 100% da obrigação prevista para ser cumprida até 31 de dezembro de 2024 (1 vez o valor do serviço da dívida) e corresponde 86% da obrigação prevista para ser cumprida até 31 de dezembro de 2025 (2 vezes o valor do serviço da dívida). O saldo das Contas Reserva é remunerado entre 99,00 e 102,50% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despachos aduaneiros	931	2.596	931	2.596
Combustível	4	3.713	4	3.713
Serviços	1.176	4.760	1.176	4.760
Máquinas e equipamentos	363	775	363	775
Outros	818	2.398	818	2.398
	3.292	14.242	3.292	14.242

9. Investimentos

A Companhia possui os seguintes investimentos:

Pedreira Sepetiba Ltda.

Constituída em 21 de junho de 1989, possui como objeto social a realização de exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional e comercialização de seus derivados, comercializar materiais de construção em geral, prestar serviços de transporte de cargas, de engenharia civil, incorporação e construções.

TCS - Terminal de Contêineres Sepetiba Ltda.

Constituída em 31 de janeiro de 1989, possui como objeto social a prestação de todos os serviços inerentes a um terminal para contêineres, visando à concentração e distribuição de cargas com as respectivas movimentações de embarque, desembarque e despachos para as suas destinações finais, prestação de serviços de transporte de contêineres dos navios; e afretamento de ou arrendamento de navios, barcaças e equipamentos nacionais ou estrangeiros; bem como prestar os serviços inerentes aos de zona alfandegária, a ser implantada na área do terminal mediante concessão das autoridades fazendárias.

Porto Sudeste VM S.A.

Constituída em 16 de julho de 2013, possui como objeto social de participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na condição de sócia, acionista ou quotista, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária. A Porto VM foi criada com o principal objetivo de receber parte dos títulos de *royalties* como parte da operação de compra do Porto pelos atuais acionistas, conforme detalhado na Nota 14.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Investimentos--Continuação

Porto Sudeste Exportação e Comércio S.A.

Possui como objeto social a exportação e importação de minério de ferro, pelotas de ferro, ferro gusa e subprodutos.

Movimentação dos investimentos

	2023	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	2024
Pedreira	17.186	(902)	-	4.611	20.895
TCS	27.303	(368)	200	7.567	34.702
Porto VM	195	(327)	200	28	96
	44.684	(1.597)	400	12.206	55.693
Controladora - Passivo a Descoberto					
	31/12/2023	Equivalência patrimonial (*)	Aumento de capital	Efeito da conversão para reais	31/12/2024
Porto Sudeste Exportação	(107.682)	(17.327)	-	(20.590)	(145.599)
	(107.682)	(17.327)	-	(20.590)	(145.599)

(*) Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia reconheceu um resultado negativo de equivalência patrimonial totalizando R\$18.924.

Participações societárias e resumo das investidas

	Participação	2024		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
		Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo Passivo			
Pedreira	99,98%	49.001	21.181 286	20.895	260	(902)
TCS	99,98%	3.447	2.693 -	2.693	-	(368)
Porto VM	100%	-	95.950 95.854	96	-	(327)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.240.877 1.386.476	(145.599)	5.192.017	(17.327)
		2023		Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do período
		Quantidade ações/quotas (mil)	Ativo Passivo			
Pedreira	99,98%	49.001	19.330 2.145	17.185	72	(566)
TCS	99,98%	3.447	2.277 -	2.277	-	(291)
Porto VM	100%	-	76.078 75.883	195	-	(243)
Porto Sudeste Exportação	100%	-	1.518.729 1.626.411	(107.682)	5.933.431	(7.281)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Imobilizado em andamento	Edificações e benfeitorias	Outros	Total
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022	113.734	1.166.914	173.504	270.272	5.313.693	76.310	7.114.427
Adições	533	38.767	-	79.086	602	8.594	127.582
Baixa	-	(3.968)	-	-	-	-	(3.968)
Transferências	89.116	72.014	-	(131.347)	2.983	(32.766)	-
Depreciação no exercício	(22.985)	(85.431)	-	-	(94.079)	(2.160)	(204.655)
Efeito da conversão para reais	(18.913)	(109.233)	(13.330)	(10.600)	(406.463)	(6.054)	(564.593)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	161.485	1.079.063	160.174	207.411	4.816.736	43.924	6.468.793
Adições	1.000	5.884	-	64.490	-	1.756	73.130
Baixa	(62)	(14.291)	(112)	-	(114)	(895)	(15.474)
Transferências	89.898	68.622	-	(162.486)	3.512	454	-
Depreciação no exercício	(49.086)	(86.145)	-	-	(94.568)	(3.157)	(232.956)
Efeito da conversão para reais	65.676	276.168	58.624	17.807	1.289.449	8.222	1.715.946
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	268.911	1.329.301	218.686	127.222	6.015.015	50.304	8.009.439
Saldos acumulados							
Custo	252.108	1.256.131	126.188	210.115	4.706.645	53.633	6.604.820
Depreciação acumulada	(95.856)	(356.205)	-	-	(826.353)	(9.208)	(1.287.622)
Efeito da conversão para reais	5.233	179.137	33.986	(2.704)	936.444	(501)	1.151.595
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	161.485	1.079.063	160.174	207.411	4.816.736	43.924	6.468.793
Custo	342.944	1.316.346	126.076	112.119	4.710.043	54.948	6.662.476
Depreciação acumulada	(144.942)	(442.350)	-	-	(920.921)	(12.365)	(1.520.578)
Efeito da conversão para reais	70.909	455.305	92.610	15.103	2.225.893	7.721	2.867.541
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	268.911	1.329.301	218.686	127.222	6.015.015	50.304	8.009.439

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Imobilizado--Continuação

Depreciação e amortização

É constituída depreciação e amortização para todo o imobilizado com exceção de terrenos, que não são depreciados. As taxas de depreciação e amortização são baseadas na vida útil estimada dos bens ou com base no volume produzido, como segue:

- Edificações e benfeitorias - 10 a 50 anos
- Instalações - 5 a 50 anos
- Máquinas e equipamentos - 1 a 30 anos
- Outros - 1 a 15 anos

Teste de valor recuperável para os ativos imobilizados

Em 2024, a Administração realizou uma avaliação a fim de determinar se existem indicadores de que algum ativo pudesse estar acima do valor recuperável, e não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Companhia está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa ("UGC"), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,74%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero ferrífero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços de *commodity*, entre outros.

11. Intangível

	<u>Licença portuária</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.395.499
Amortização	(127.905)
Efeito da conversão para reais	(852.735)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>10.414.859</u>
Amortização	(92.393)
Efeito da conversão para reais	2.852.217
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u><u>13.174.683</u></u>

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Intangível--Continuação

A licença portuária é amortizada ao longo do período de autorização de operador portuário pelo prazo de 50 anos levando em consideração o volume operado.

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis com vida útil definida

Em 2024, a Companhia avaliou se havia a existência de indicadores que a licença poderia estar acima do valor recuperável. Após testes realizados, conforme mencionado na Nota 10, a Administração não identificou a necessidade de reconhecer qualquer provisão para redução ao valor recuperável de seus ativos intangíveis com vida útil definida.

A taxa de desconto utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,74%.

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis de equipamentos	631	6.143	631	6.143
Energia elétrica (a)	38.021	5.258	38.021	5.258
Combustível	127	249	127	249
Obras em andamento	1.183	9.975	1.183	9.975
Mineradores (b)	-	-	242.762	420.795
Frete ferroviário	-	-	22.438	18.861
Máquinas e equipamentos	7.502	1.828	7.502	1.828
Seguro	-	610	-	610
Serviços	30.408	35.705	30.676	35.793
	77.872	59.768	343.340	499.512

- (a) Em abril de 2024, ocorreu o julgamento do Tema 986 pelo STJ que alterou entendimento consolidado neste tribunal, para autorizar a inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) na base de cálculo do ICMS na fatura de energia elétrica, suportada pelo consumidor final, cativo ou livre, então, a Companhia decidiu por reconhecer o débito no montante acumulado de R\$32mil, valores estes pagos através de depósito judicial. Ressaltamos que o aludido tema poderá sofrer nova revisão, por ocasião do julgamento da ADI 7195 pelo STF, especialmente para o período de 07/2022 e competências subsequentes na vigência da Lei Complementar nº 194/2022.
- (b) Em 2024, o preço internacional de minério de ferro sofreu uma forte desvalorização, diminuindo as exportações de minério momentaneamente e reduzindo o saldo a pagar aos mineradores frente ao que já foi antecipado na entrega do minério, uma vez que os preços se baseiam na cotação futura.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos

Empréstimos por moeda

	Consolidado			
	Passivos circulantes		Passivos não circulantes	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Contratos em dólares norte-americanos				
Principal	1.163.203	287.988	3.610.650	2.922.543
Encargos	16.402	42.260	1.973.225	1.310.232
Custo de transação	(4.574)	-	(14.759)	(17.650)
	1.175.031	330.248	5.569.116	4.215.125
Contratos em reais				
Principal	32.242	31.319	1.687.317	1.639.033
Encargos	9.728	6.625	-	-
Custo de transação	(10.533)	-	(123.385)	(112.465)
	31.437	37.944	1.563.932	1.526.568
	1.206.468	368.192	7.133.048	5.741.693

Parte do passivo circulante de contratos denominados em dólares norte-americanos refere-se aos contratos de ACC/ACE tomados junto aos credores Itaú, Citibank, ABC Brasil, Santander, entre outros, pela subsidiária Porto Sudeste Exportação e Comércio S/A, para a realização da compra do minério de ferro a ser exportado. Já o passivo circulante de contratos denominados em Reais e parte dos denominados em dólares norte-americanos referem-se aos juros calculados de 16 de dezembro de 2024 até 31 de dezembro de 2024 dos contratos de financiamento seniores com os credores BNDES, Bradesco, Deutsche Bank, Natixis e BTG, e são devidos de pagamento em 15 de março de 2025. Adicionalmente, os passivos circulantes das dívidas em reais e em dólares norte-americanos também se referem aos montantes previstos para amortizações de principal trimestrais da dívida sênior entre janeiro de 2025 e dezembro de 2025.

Os contratos de financiamento seniores com os credores BNDES e Bradesco tem prazo de amortização de março de 2024 a dezembro de 2036, e Deutsche Bank, Natixis e BTG de março de 2024 a dezembro de 2029, tendo o período de carência de pagamento de principal aos credores *seniors* se encerrado em 31 de dezembro de 2023. Nesses contratos existe o dispositivo de *cash sweep* vigente e estipula que, no caso de geração de caixa positiva no trimestre, a Administração deverá distribuir parte do saldo gerado como pagamento de principal aos credores seniores. Como estas amortizações estão condicionadas ao saldo futuro de caixa, sendo, portanto, um caixa ainda não realizado, as amortizações que eventualmente ocorrerem nos próximos 12 meses, neste contexto, não constam no passivo circulante da Companhia.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por moeda--Continuação

As movimentações desses empréstimos e financiamentos são apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	5.831.855	6.344.946	6.109.885	6.822.708
Captação	-	-	3.258.547	1.542.423
Juros apropriados	595.334	467.991	661.113	501.169
Amortização de principal	(160.923)	(420.596)	(2.775.218)	(2.126.900)
Amortização de juros	(234.640)	(250.565)	(291.902)	(280.428)
Custos de transação	(23.135)	17.555	(23.135)	17.555
Variação Cambial / efeito de conversão da moeda funcional	1.213.519	(327.476)	1.400.226	(366.642)
Saldo final	7.222.010	5.831.855	8.339.516	6.109.885

Empréstimos por credor

Banco	Indexador/juros	Vencimento	Saldo em	
			31/12/2024	31/12/2023
BNDES	5,51% e 4,51% a.a. + IPCA	15/12/2036	637.112	650.726
BNDES	5,73% e 4,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	344.825	352.176
BNDES	3,40% e 2,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2036	205.033	163.679
BNDES	6,73% e 5,73% a.a. + IPCA	15/12/2036	338.037	346.580
BNDES	4,40% e 3,40% a.a. + Cesta de Moedas	15/12/2029	204.280	163.815
Deutsche Bank/Natixis/BTG	4,00% e 3,50% a.a. + Sofr 3 meses	15/06/2037	623.725	554.039
Bradesco/PAV Lux	4,75% a.a. + Sofr 6 meses	15/06/2037	5.014.889	3.682.580
BTG	4,00% a.a. + Sofr 1 mês	15/12/2036	7.358	48.375
Santander	10,37% a 10,43% a.a.	28/01/2025	87.518	-
Citibank	10,38% a 10,6% a.a.	23/02/2025	306.409	-
Daycoval	10,25% a.a.	17/02/2025	16.240	9.789
Itaú	9,63% a 10,87% a.a.	28/02/2025	342.067	218.067
ABC Brasil	8% a.a.	19/03/2025	170.076	50.174
C6	10,5% a.a.	15/01/2025	31.424	-
BMG	9,4% a.a.	15/01/2025	55.374	-
CCB	9,8% a.a.	04/02/2025	75.572	-
Pine	12,2% a 13,25% a.a.	22/02/2025	32.828	-
			8.492.767	6.240.000
Custos de transação			(153.251)	(130.115)
			8.339.516	6.109.885

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Empréstimos por credor--Continuação

As parcelas classificadas no passivo circulante e não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Ano de vencimento		
Até 1 ano	1.221.575	368.192
De 2 a 3 anos	373.367	333.155
De 4 a 5 anos	145.822	315.737
Acima de 5 anos	6.752.003	5.222.916
	8.492.767	6.240.000
Custos de transação	(153.251)	(130.115)
	8.339.516	6.109.885

Em 31 de dezembro de 2024, as taxas de juros anuais sobre as dívidas são as seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Dívidas em US\$ - até 7,0%	7.358	48.375
Dívidas em US\$ - acima de 7,0%	6.756.122	4.514.649
Dívidas em R\$ - 6,1% até 9,3%	409.312	327.494
Dívidas em R\$ - acima de 9,3%	1.319.975	1.349.482
	8.492.767	6.240.000
Custos de transação	(153.251)	(130.115)
	8.339.516	6.109.885

Garantias e outras obrigações

Os contratos de empréstimos e financiamentos da companhia são garantidos por instituições financeiras de primeira linha (fiança bancária), bem como também pelos acionistas controladores ("Parent Company Guarantees", "Standby Letters of Credit" e depósitos à vista), além da alienação fiduciária dos bens e do fluxo de caixa de recebíveis.

Considerando que nos contratos de financiamentos há obrigações financeiras e não financeiras a serem cumpridas, destacam-se: (a) utilização da estruturação "waterfall" de contas correntes; (b) após o período de carência, composição de saldo mínimo em Conta Reserva em, no mínimo, 2 vezes o valor do último pagamento de serviço da dívida; (c) após atingimento do "Completion" Financeiro, manutenção do "covenant" de índice de cobertura da dívida (DSCR) acima de 1,3 para os contratos de financiamento BNDES e Bradesco e acima de 1,15 para os contratos CESCE; (d) apresentação dos demonstrativos de resultados auditados; e (e) manutenção dos seguros operacionais.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Garantias e outras obrigações--Continuação

Não há “*covenants*” a serem atendidos em 31 de dezembro de 2024. Os “*covenants*” deverão ser atendidos a partir de janeiro de 2025, considerando as regras dos contratos de financiamento vigentes junto ao Deutsche Bank, Natixis e BTG e, a partir de julho de 2026, considerando as regras dos contratos de financiamento junto ao BNDES e Bradesco.

Efeito da conversão para reais

A taxa de câmbio do dólar norte-americano aumentou 27,92% no ano, passando de R\$4,8413/US\$ em 31 de dezembro de 2023 para R\$6,1923/US\$ em 31 de dezembro de 2024 impactando o saldo da dívida em dólares norte-americanos que em 31 de dezembro de 2024 representava 79,64% do endividamento total.

Custos de transação

Os custos de emissão da dívida referem-se a honorários legais externos e a comissões de fianças bancárias. Esses custos foram lançados como redutores do passivo.

Refinanciamento da Dívida Sênior

Em 14 de abril e 02 de junho de 2021, a Companhia finalizou o 2º refinanciamento das dívidas seniores relacionadas aos contratos de financiamento junto aos credores BNDES e Bradesco, e CESCE/Natixis/BTG, respectivamente. Estes refinanciamentos incluíram, entre outros: (a) atualização do indexador de TJLP para TLP/IPCA; (b) extensão do período de carência de principal até 31 de dezembro de 2023; (c) extensão do prazo de vencimento até 15 de dezembro de 2036 para os contratos BNDES e Bradesco, e até 15 de dezembro de 2029 para os contratos CESCE/Natixis/BTG; (d) alteração da periodicidade de pagamento de amortização e juros de mensal para trimestral; (e) alteração do cronograma de amortizações de constante para não linear; (f) manutenção do mecanismo de “*cash sweep*” nos mesmos termos durante o período de carência e com limitadores relacionados ao nível de alavancagem e cronograma pré-refinanciamento após o período de carência; e (g) atualização de certos indicadores e “*covenants*”.

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)

Em fevereiro de 2014, IWL Holdings (Luxembourg) S.A.R.L. (“Trafigura”) e a EAV Delaware LLC (“Mubadala”), por meio do PSA Fundo de Investimento e Participações, adquiriram o controle da Porto Sudeste, até então exercido pela MMX Mineração e Metálicos S.A. (“MMX”).

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

O contrato de investimento que regulou a aquisição do controle da Porto Sudeste pela Trafigura e pela Mubadala previa, entre outros, que a Companhia assumiria, direta ou indiretamente, obrigações relativas aos títulos de remuneração variável baseados em royalties de emissão da MMX, negociados na B3 S.A. - BRASIL. BOLSA. BALCÃO (“B3”) sob o *ticker* MMXM11 (“Títulos MMXM11”). Nesse contexto, a Porto Sudeste emitiu, em 26 de fevereiro de 2014, Títulos Perpétuos de Remuneração Variável (“TPRV”), em termos similares aos Títulos MMXM11 (“Port11”), os quais foram integralmente subscritos na mesma data pela MMX. O contrato de investimento também previa a obrigação da MMX de realizar uma oferta de permuta, direcionada a todos os titulares dos Títulos MMXM11, por meio da qual a MMX adquiriria os Títulos MMXM11, e entregaria em contrapartida os Títulos Port11, ou um outro valor mobiliário lastreado nos Títulos MMXM11 (“Oferta de Permuta”). Para implementação de tal Oferta de Permuta, foram utilizados dois veículos diferentes, de forma a atingir a totalidade dos detentores dos Títulos MMXM11:

- (i) Porto Sudeste Royalties FIP-IE (“PSR”): um fundo de investimento em participações em infraestrutura, o qual, na ocasião da oferta, detinha em sua carteira, exclusivamente, Títulos Port11 - sendo que cada Título Port11 detido pelo PSR correspondia a uma quota. As quotas do PSR foram ofertadas para os titulares de Títulos MMXM11 que se enquadravam como investidores qualificados, nos termos da regulamentação da CVM, e que não tinham restrições para deter quotas do PSR;
- (ii) Porto Sudeste VM S.A. (“Porto VM”): uma sociedade por ações com registro na CVM sob a categoria ‘b’ que emitiu um novo título de remuneração variável baseada em royalties, espelho do Título MMXM11 (os “Títulos PSVM11”), sendo tal título listado para negociação na B3 (ao contrário dos Títulos Port11, que não são admitidos para negociação na bolsa). No âmbito da referida Oferta de Permuta, o Títulos PSVM11 foram ofertados para os detentores dos Títulos MMXM11 que (i) não se enquadrassem como investidores qualificados, ou (ii) tivessem restrições regulamentares para deter quotas de um FIP-IE - como é o caso de alguns fundos de investimento.

Como forma de endereçar a situação dos titulares de MMXM11 que eventualmente não aderissem à Oferta de Permuta, a MMX se manteve titular de Títulos Port11 na mesma quantidade de Títulos MMXM11 não permutados.

Os detentores dos títulos Port11 têm direito à remuneração variável trimestral, nos termos definidos na escritura de emissão dos Títulos Port11 (“Royalties”), apurada desde 1º janeiro de 2013, calculada com base na tonelagem métrica de minério de ferro ou pelo Valor por Tonelada para demais cargas, conforme o caso, da seguinte forma:

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

$$R = [(TMMF \times VpTMF) + (TMOOC \times VpTDC)] \times FP$$

onde:

R = royalties devidos em relação a cada trimestre do exercício social

TMMF = Tonelagem Medida de Minério de Ferro embarcada no Porto no respectivo trimestre

TMOOC = Tonelagem Medida de Outras Cargas embarcadas no Porto no respectivo trimestre

VpTMF = Valor por Tonelada para Minério de Ferro

VpTDC = Valor por Tonelada para Demais Cargas

FP = Fator proporcional

Para cargas de minério de ferro: os *Royalties* relativos às cargas de minério de ferro embarcadas no Porto em um determinado trimestre serão calculados considerando o valor de US\$5,00 por tonelada de minério de ferro (“Valor por Tonelada para Minério de Ferro”). Este valor será: (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Para as demais cargas: os *Royalties* relativos às demais cargas que não sejam minérios de ferro (excluindo cargas não secas, tais como atividades de abastecimento) movimentados no Terminal Portuário (“valor por tonelada para demais cargas”) serão calculados com base na margem da carga. A “Margem da carga” (a) significa a diferença entre o custo médio por tonelada (excluindo todos os itens não caixa) incorrido em relação aos serviços prestados pela Porto Sudeste relacionados a carga aplicável e o valor médio por tonelada efetivamente cobrado pela Porto Sudeste pelos serviços prestados em relação a tal carga; e (b) deve ser limitado, em qualquer circunstância, a US\$5,00 por tonelada embarcada. O valor limite ajustado de US\$5,00 por tonelada para a margem da carga deve ser (i) corrigido anualmente de acordo com a variação do US PPI calculado desde setembro de 2010; e (ii) convertido em reais com base na taxa de câmbio fechada no término do dia útil imediatamente anterior à data de seu efetivo pagamento.

Durante os exercícios de 2013 a 2016, o compromisso de Royalties do Porto Sudeste, relativos ao minério de ferro, foi o mínimo entre o volume embarcado em cada período e o volume de *take-or-pay* indicados na tabela abaixo:

Milhões de Toneladas	2013	2014	2015	2016
TMMF	13,6	31,9	36,8	36,8

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

De 2017 em diante, o volume de minério de ferro gerador de *Royalties* (TMMF, na fórmula acima) deixou de estar sujeito a um *take-or-pay*, sendo, portanto, simplesmente o volume embarcado. Na tabela a seguir, é possível verificar a tonelagem realizada pelo Porto Sudeste, sendo o início das operações em 2016, após o comissionamento realizado em 2015:

Milhões de Toneladas - Embarcadas	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
TMMF	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,4	26,1	21,9
TMOC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	7,1	9,5	10,7	16,4	18,7	17,8	17,5	26,1	21,9

Como o volume embarcado de minério de ferro em 2016 foi menor do que o volume de *take-or-pay*, o compromisso de *royalties* está baseado neste segundo parâmetro.

Se, em um determinado trimestre civil, mediante o pagamento da totalidade dos então *Royalties* correntes, o caixa livre detido pela Porto Sudeste for superior a US\$10 milhões (“Reserva Mínima de Caixa”), a emissora deverá usar os valores que excederem a Reserva Mínima de Caixa (“Caixa Livre Disponível”) para pagar aos detentores dos títulos os *Royalties* efetivamente acumulados e não pagos até tal momento (“*Royalties* Acumulados”).

Não há qualquer obrigação da Porto Sudeste de pagar *Royalties*, exceto se houver Caixa Livre detido pela emissora no último dia de tal trimestre civil e até o limite de tal caixa disponível. “Caixa Livre” significa o valor correspondente aos valores disponíveis em caixa da Porto Sudeste menos a soma de (a) valores contribuídos pelos acionistas da Porto Sudeste por meio de aumento de capital ou empréstimo dos acionistas, na medida em que tais valores permaneçam como caixa disponível da Porto Sudeste, (b) conta reserva do serviço da dívida sênior do BNDES e da conta reserva do serviço da dívida sênior da CESCE, e (c) os valores de caixa provisionados pela Porto Sudeste em conjunto para IRPJ - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e demais obrigações para as quais os auditores independentes da Porto Sudeste exijam provisionamento.

Em 31 de dezembro de 2024, a Porto Sudeste realizou os cálculos financeiros e identificou que não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *royalties* aos detentores dos Títulos Port11.

A Porto Sudeste contabiliza os Títulos Port11 no Passivo, com base no valor presente do fluxo de caixa projetado do pagamento dos *royalties*. Ou seja, o valor apresentado no Balanço Patrimonial é diferente do montante de *Royalties* Acumulados até este trimestre. A Porto Sudeste VM, por sua vez, contabiliza seu direito de receber os *royalties* no ativo, correspondendo à sua parcela sobre o valor dos títulos Port11, e o respectivo pagamento aos detentores do PSVM11 no passivo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

A mensuração desses títulos Port11 é efetuada de acordo com o IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no fluxo de caixa projetado dos desembolsos futuros relativos a estes títulos, descontando a taxa de custo do capital de 11,62% ao ano. Essas projeções baseiam-se no Plano de negócios da Porto Sudeste, que inclui premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, participação de mercado da Porto Sudeste, volumes de minério originados por minas pertencentes aos seus acionistas, operações com outros granéis sólidos e líquidos, expectativas de preços da *commodity*, entre outros.

A metodologia do fluxo de caixa descontado utilizada pela Porto Sudeste do Brasil está fundamentada em conceitos que consideram recursos financeiros que serão gerados no futuro pela unidade geradora de caixa (“UGC”), descontados a valor presente, para refletir o tempo, o custo de oportunidade e os riscos associados. A taxa de desconto do custo médio ponderado de capital utilizada nos modelos financeiros da Companhia foi de 6,73%. Essas projeções baseiam-se no Plano de Negócios da Companhia e incluem premissas relacionadas ao crescimento das exportações de minério de ferro do quadrilátero de Minas Gerais, premissas relacionadas a operação de outras cargas e premissas sobre o crescimento da participação de mercado do Porto. A Porto Sudeste do Brasil entende que esse crescimento será atingido com base no fechamento de contratos de longo prazo relacionados a exportação de minério de ferro, operação de outras cargas, entre outros.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial (a)	17.797.448	13.754.560	17.797.448	13.754.560
Pagamentos (b)	-	-	-	-
Ajuste a valor presente (c)	1.812.782	1.617.087	1.812.782	1.617.087
Efeitos de inflação (d)	-	338.240	-	338.240
Revisão de premissas (e)	(2.047.308)	3.154.896	(2.047.308)	3.154.896
Efeito de conversão (f)	4.925.908	(1.068.349)	4.925.908	(1.068.349)
Custo de emissão	(3.644)	1.014	(3.644)	1.014
Total (g)	22.485.186	17.797.448	22.485.186	17.797.448

- (a) Saldo Inicial de Royalties de US\$3.678.869 mil em 31 de dezembro de 2023, que convertidos para Reais totalizou R\$17.797.448 mil;
- (b) Durante o exercício não houve geração de caixa suficiente para pagamento dos *Royalties* aos detentores dos Títulos Port11;
- (c) Atualização do saldo correspondente ao ajuste a valor presente dos títulos em 2024 no montante de US\$331.704 mil, que convertidos para Reais totalizou R\$1.812.782 mil, registrados como despesa financeira;
- (d) Neste ano não houve ajustes de US PPI na projeção financeira (efeitos inflacionários);
- (e) Alterações de premissas operacionais nas projeções que suportam o cálculo dos títulos impactaram seu valor em R\$2.047.308, que por sua vez foi registrado na rubrica de outras receitas. Este montante somado a outras despesas de R\$45.368 totalizam o saldo reportado de R\$2.001.940 na rubrica de outras receitas/despesas da Demonstrações de Resultados. O principal efeito de revisão de premissas refere-se à redução da expectativa de volume e preços de mercado para o ano de 2024, em relação ao que era esperado no início do ano;
- (f) Efeito das variações cambiais resultantes da conversão da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais que em 31 de dezembro de 2023 era de R\$4,8413 e 31 de dezembro de 2024 era de R\$6,1923 com uma valorização de 27,92%;
- (g) Saldo final apurado em US\$3.631.152, que convertidos para Reais totalizou R\$22.485.186.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Títulos de remuneração variável (“royalties”)--Continuação

Custos de transação

Os custos de emissão dos títulos, no montante total de R\$16.703 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$13.059 mil em 31 de dezembro de 2023), referentes a honorários legais externos e consultorias, foram lançados como redutores do passivo.

15. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
ISS	6.380	10.025	10.095	14.775
INSS terceiros	561	403	561	403
ICMS	579	262	579	281
IRRF	1.466	2.113	1.466	4.092
PIS e COFINS	14.745	46.155	14.767	46.195
Outros	48	490	48	490
	23.779	59.448	27.516	66.236

16. Partes relacionadas

Os ativos, passivos, receitas e despesas com partes relacionadas são resumidos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<u>Ativos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	-	365.182	-	-
Mineração Morro do Ipê (e)	541.419	226.864	649.868	226.864
Trafigura PTE (b)	-	-	779.436	701.324
	541.419	592.046	1.429.304	928.188
<u>Passivos</u>				
Porto Sudeste Exportação (a)	42.806	-	-	-
Trafigura PTE (c)	7.450	4.323	11.238	42.503
	50.256	4.323	11.238	42.503
<u>Receitas</u>				
Trafigura PTE (b)	-	-	5.182.475	5.933.431
Mineração Morro do Ipê (a)	517.438	516.960	517.438	516.960
Porto Sudeste Exportação (a)	404.555	846.545	-	-
	921.993	1.363.505	5.699.913	6.450.391
<u>Despesas</u>				
Trafigura PTE (d)	900	1.040	14.765	14.170
	900	1.040	14.765	14.170

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Contratos de prestação de serviços portuários.
- (b) Contratos de venda de minério de ferro com parte relacionada no exterior, mantidos através de sua Controlada Porto Sudeste Exportação.
- (c) A Companhia, possui penalidade pelo não cumprimento devido ao atraso na entrega e disponibilidade da carga para exportação firmados com a Trafigura Pte.Ltd. Ambos são cobrados por meio de notas de débitos, cujos pagamentos são realizados conforme acordado entre as partes.
- (d) Despesas com Serviço de TI e demurrage.
- (e) Prestação de serviços portuários para a Mineração Morro do Ipê que estão com aproximadamente um ano de atraso, devido a restrição de caixa com a implementação do "ramp-up" da sua nova usina, chamada Tico-Tico, que beneficiaria minério de ferro a ser exportado totalmente através do Porto Sudeste, no qual os juros estão sendo calculados em conformidade com o contrato existente de serviço portuário entre as partes a uma taxa média de 15% a.a.. A fase de "ramp-up" deve ser concluída até maio de 2025, ao passo que os saldos atrasados serão liquidados entre janeiro de 2026 a dezembro de 2028.

Cessão e assunção de dívida

Conforme descrito na Nota 13, o Itaú Unibanco S/A - Nassau Branch cedeu todos os seus direitos e obrigações decorrentes de contrato de empréstimo para a PAV LUX S.À.R.L., empresa do Grupo Mubadala, controlador em conjunto da Companhia. Dessa forma, a PAV LUX S.À.R.L. passa a deter 46,41% do valor total deste contrato, ou seja, US\$375.834 equivalente a R\$2.327.276 em 31 de dezembro de 2024.

Remuneração do pessoal-chave

A Companhia efetuou pagamentos a título de remuneração no montante de R\$7.460 (R\$7.295 em 31 de dezembro de 2023) refere-se à remuneração dos administradores-chave da Companhia pagos em 2024.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos foram calculados à alíquota de 34%. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada período de apuração.

A tabela abaixo demonstra os créditos fiscais diferidos, líquidos, da Companhia, não registrados, entretanto, contabilmente, considerando que o Porto ainda se encontra em período de *ramp-up* e ainda sem expectativa de geração de lucros tributáveis no curto prazo.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Impostos diferidos ativos (passivos)				
Prejuízos fiscais	1.662.858	3.045.560	1.714.073	3.067.703
Base negativa de contribuição social	598.629	1.096.402	617.066	1.104.374
Despesas pré-operacionais tratadas como ativo diferido para fins fiscais	41.285	81.916	41.285	81.916
Amortização da licença	149.203	128.900	149.203	128.900
Atualização dos <i>royalties</i>	667.067	(1.006.331)	667.067	(1.006.331)
Efeito no imobilizado e intangível oriundo da mudança de moeda funcional (a)	(2.666.836)	(1.091.626)	(2.669.308)	(1.092.008)
Variação cambial sobre os <i>royalties</i> e empréstimos (b)	2.801.693	714.077	2.791.421	717.757
Outros	10.495	3.824	9.299	5.819
Total de créditos fiscais diferidos (<u>não registrados contabilmente</u>)	3.265.301	2.972.722	3.317.770	3.008.130

(a) Considerando que a moeda funcional da Companhia é o Dólar e, ainda, a valorização do Dólar comparada ao Real em 2024, a base fiscal do imobilizado e intangível ficou significativamente inferior a respectiva base contábil, gerando, portanto, um passivo fiscal diferido.

(b) Embora a moeda funcional da Companhia seja o Dólar, para fins fiscais, a Companhia reconhece a variação cambial correspondente, cuja receita será tributada, ou despesa dedutível, quando da liquidação da obrigação.

b) Conciliação da despesa calculada pelas alíquotas fiscais e valores no resultado do período

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	(1.979)
Imposto de renda e contribuição social diferido	2.056.330	1.049.529	2.075.900	1.051.459
	2.056.330	1.049.529	2.075.900	1.049.480
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	57.238	(4.848.734)	57.238	(4.846.755)
Crédito com imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal - 34%	19.461	(1.648.569)	19.461	(1.647.897)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Equivalência patrimonial	19.570	171	-	-
Juros <i>Thin Cap</i>	91.381	84.081	91.381	84.081
Ajustes de conversão do balanço em moeda funcional	(2.186.945)	514.102	(2.186.945)	514.102
Outros	203	686	203	1.092
Variação Cambial	-	-	-	(65)
Provisão para perda de estoque	-	-	-	1.995
Compensação prejuízo fiscal	-	-	-	(858)
Créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias	-	-	-	(1.930)
Créditos fiscais (a)	(2.056.330)	(1.049.529)	(2.075.900)	(1.049.480)

(a) Em 2024, a Companhia apurou R\$ 2.075.900 de créditos fiscais não registrado contabilmente.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão de contingências

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contingências tributárias	6.424	6.131
Contingências trabalhistas	4.183	2.061
	10.607	8.192

A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, possuem as seguintes contingências avaliadas pelos assessores jurídicos como perdas prováveis, as quais foram provisionadas:

a) Tributárias

Refere-se, principalmente, a embargos de terceiros apresentados pela Porto Sudeste do Brasil em desfavor do Governo Federal (União) para recuperar um investimento de renda fixa (CDB) perante o Banco Itaú, que foi penhorado por uma ação iniciada pela União contra a MMX. Tal CDB foi comprado pela Porto Sudeste em conformidade a um contrato de compra de terreno celebrado pela Porto Sudeste para servir como garantia e pagamento contingente. O valor provisionado desta causa monta em R\$6.424 (R\$ 6.131 em 2023).

b) Trabalhistas

Provisões referentes a ações envolvendo ex-empregados próprios e de empresas prestadoras de serviço através das quais pleiteiam-se verbas trabalhistas e previdenciárias diversas de 2015 a 2024, no montante atualizado de R\$4.183 (R\$2.061 em 2023).

Causas possíveis

Há 316 ações indenizatórias movidas contra a Porto Sudeste e outras quatro empresas que atuam na região por grupos de pescadores residentes na área da Baía de Sepetiba, pleiteando danos ambientais, em razão das fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Os processos foram distribuídos inicialmente para a 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Itaguaí e para o 4º Núcleo de Justiça Digital - Ambiental.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão de contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

Causas possíveis--Continuação

Em resumo, os autores alegam que as atividades desenvolvidas pelas rés teriam causado danos ao meio ambiente, em especial à qualidade da água na Baía de Sepetiba, o que prejudicaria as atividades de pesca desempenhada por eles. Cada pescador requer danos materiais e danos morais, além de outros pedidos ilícitos, tais como medidas de assistência comunitária e apoio à pesca. Em caso de decisão favorável aos autores, a responsabilidade ambiental é objetiva e solidária entre todos os réus. O valor total das ações é de R\$216 milhões, considerando 5 ou 3 réus em cada ação, sendo de aproximadamente R\$54 milhões o valor equivalente a Porto Sudeste, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pelos autores na mesma proporção, o que não é garantido em razão da responsabilidade objetiva e solidária explicada acima.

Foi apresentada contestação na maioria dos processos até o momento e, atualmente, poucos processos ainda se encontram em fase inicial, em razão da discussão sobre a competência do Núcleo Digital. O risco das ações ainda é classificado como 'possível' pelos nossos advogados externos. Em uma das ações que tramitam na 2ª Vara Cível, o juiz entendeu por extinguir o processo, ao entender que a indenização pretendida pelos pescadores não se tratava de dano individual, mas sim coletivo, razão pela qual deveria ser pleiteado por meio de Ação Civil Pública. Aguarda-se o trânsito em julgado dessa decisão.

Recentemente, foram proferidas onze decisões pela 2ª Vara Cível de Itaguaí, duas sem julgamento do mérito e as demais com julgamento do mérito, reconhecendo a total improcedência dos pedidos formulados pelos autores. Nessas decisões, o juiz concluiu que não houve demonstração suficiente de degradação ambiental ou de prejuízos à atividade pesqueira causados pelas rés.

Além disso, em 150 ações que tramitam no Núcleo Digital 4.0.4, também foram proferidas três decisões favoráveis. A primeira delas extinguiu o processo sem resolução do mérito por inércia da parte autora e nas outras duas, a ação foi julgada totalmente improcedente no mérito, reconhecendo, em síntese, a prescrição dos pretensos danos individuais alegados pelos autores, bem como a ausência de comprovação da condição de pescadores profissionais pelos requerentes.

A expectativa é de que essas decisões sejam replicadas para os demais processos.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

18. Provisão de contingências--Continuação

b) Trabalhistas--Continuação

Causas possíveis--Continuação

Há também uma Ação Civil Pública ajuizada em maio de 2024 em face da Porto Sudeste e outras quatro empresas da região pela Colônia de Pescadores Z-14. Assim como nas ações indenizatórias individuais movidas por pescadores, a associação autora pleiteia indenização por danos ambientais que teriam sido apurados durante as fiscalizações realizadas pela Secretaria de Meio Ambiente da Prefeitura de Itaguaí no início do ano de 2021. Requerem danos materiais no valor de R\$38 mil e danos morais de R\$20 mil para cada pescador associado, cuja estimativa é de aproximadamente 500 pescadores, então, o valor envolvido da ação poderá se aproximar de R\$37 milhões, no entanto, ao considerarmos 5 réus na ação, caso seja proferida sentença condenando todos os réus aos pedidos formulados pela associação autora na mesma proporção, o que não é garantido, o valor equivalente à PSB é de aproximadamente R\$7,5 milhões. Considerando que o processo está em fase inicial, já que a Porto Sudeste e as demais rés ainda não foram formalmente intimadas para responder ao processo, o risco foi classificado como “possível”.

Há ainda um Auto de Infração e Imposição de Multa referentes à lançamentos de ofício, lavrados em 03 de janeiro de 2023, por meio do Auditor Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o qual exige no âmbito do respectivo Procedimento Fiscal, o pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, no montante de R\$7,8 milhões, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), no montante de R\$2,8 milhões, ambas autuações relacionadas à supostos (i) omissões de receita decorrente de cancelamentos não comprovado de Notas Fiscais de vendas; e (ii) omissões de receita. O processo se encontra em análise pela contraparte e foi classificado pelos nossos advogados como “possível”.

Por fim, há também um procedimento arbitral instaurado em março de 2024 pela empresa Engeko contra o Porto Sudeste referente a realização de obras civis e drenagem de pátios. No curso da execução do contrato teriam surgido “diversas questões supervenientes” que supostamente teriam onerado a Engeko. O procedimento está em fase de produção de provas e o valor envolvido é de aproximadamente R\$10 milhões, o risco foi classificado como “possível”.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

19. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Tributários (a)	96.060	67.308	96.261	67.308
Cíveis	-	-	407	388
Trabalhistas	257	365	280	376
Bloqueio judicial	-	6.774	-	6.774
	96.317	74.447	96.948	74.846

- (a) Depósito em juízo mensal relativos à incidência do ICMS sobre as tarifas energéticas TUSD (Tarifa de uso do sistema de distribuição de energia elétrica e TUST (Tarifa de uso do sistema de transmissão de energia elétrica), pois, a Companhia com o auxílio dos assessores externos entende que esta tributação não é devida. Estes depósitos montam em R\$46 milhões.

Depósito judicial com o objetivo de discutir a não inclusão do ISS na base de cálculo do PIS e da COFINS, assim como a ilegalidade dos pagamentos efetuados. A companhia realizou depósitos mensais conforme apuração para manter os valores resguardados, nos termos do art. 151, II, do CTN. Estes depósitos montam em R\$40 milhões.

20. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social da Porto Sudeste tem a seguinte composição em 31 de dezembro de 2024:

Quotistas	Quantidade de quotas	R\$	%
PSA Fundo de Investimentos e Participações	1.103.528.450	3.128.143	99,35
Porto Sudeste Participações S.A. ("Grupo MMX")	6.336.766	17.963	0,57
Gaboard Participações Ltda.	876.275	2.484	0,08
Total	1.110.741.491	3.148.590	100

b) Ajustes acumulados de conversão

Representados pelo registro contábil das variações cambiais resultantes da conversão de ativos, passivos e resultado da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação Reais em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 02.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Receita líquida de bens e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita bruta prestação de serviço	1.153.234	1.809.722	748.762	963.177
Receita bruta venda minério de ferro	-	-	5.182.746	5.933.525
(-) Deduções sobre vendas				
ISS	(64.659)	(82.042)	(64.659)	(82.042)
PIS	(20.152)	(25.827)	(20.154)	(25.828)
ICMS	(18)	-	(99)	-
COFINS	(92.820)	(118.955)	(92.830)	(118.959)
Outros (vendas canceladas)		-	-	(17)
Receita líquida	975.585	1.582.898	5.753.766	6.669.856

22. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Custo dos produtos vendidos (*)	-	-	(4.737.866)	(5.001.797)
Custos com materiais	(45.182)	(32.172)	(45.207)	(32.321)
Manutenção/Utilidade	(34.996)	(33.185)	(34.996)	(33.185)
Depreciação/amortização	(323.829)	(331.689)	(323.833)	(331.695)
Aluguel de equipamentos	(5.470)	(4.793)	(5.538)	(4.793)
Seguro	(18.919)	(14.446)	(18.919)	(14.446)
Serviços com terceiros	(144.136)	(102.085)	(144.573)	(102.209)
Demurrage	-	-	(13.865)	(13.130)
Salários	(96.964)	(91.877)	(96.972)	(91.887)
Outros	(9.600)	(7.149)	(12.367)	(9.737)
	(679.096)	(617.396)	(5.434.136)	(5.635.200)

(*) Refere-se substancialmente ao minério de ferro comprado para revenda mais custos diretos, tais como frete.

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços com terceiros	(31.189)	(29.842)	(31.803)	(30.531)
Salários e encargos	(28.988)	(41.240)	(29.009)	(41.240)
Manutenção e conservação	(3.443)	(2.373)	(3.443)	(2.373)
Depreciação e amortização	(1.514)	(865)	(1.516)	(865)
Materiais	(1.061)	(650)	(1.594)	(650)
Combustíveis/comunicação	(80)	(80)	(80)	(80)
Outros	(4.777)	(5.408)	(6.604)	(5.746)
	(71.052)	(80.458)	(74.049)	(81.485)

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(595.334)	(471.339)	(661.113)	(501.169)
Juros parte relacionadas	-	-	(13.203)	(36.773)
Despesas sobre operações financeiras	(8.666)	(1.407)	(8.874)	(1.831)
Ajuste a valor presente sobre <i>royalties</i>	(1.812.782)	(1.617.087)	(1.812.782)	(1.617.087)
Comissão de Fiança	(30.339)	(29.772)	(30.339)	(29.772)
Efeitos inflacionários	-	(338.240)	-	(338.240)
Variação cambial (*)	(57.813)	(687.552)	(123.197)	(775.156)
Custo de Transação	(3.596)	(16.015)	(3.596)	(16.015)
Outros	(15.993)	(6.309)	(17.274)	(7.029)
	(2.524.523)	(3.167.721)	(2.670.378)	(3.323.072)
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	7.315	2.067	18.261	10.743
Juros parte relacionadas	48.971	-	48.971	-
Variação cambial (*)	309.444	579.260	404.881	650.934
Outros	7.578	14.213	8.148	14.682
	373.308	595.540	480.261	676.359
Resultado financeiro líquido	(2.151.215)	(2.572.181)	(2.190.117)	(2.646.713)

(*) O efeito de variação cambial no resultado refere-se ao endividamento denominado em reais, considerando que a moeda funcional da Companhia passou a ser o dólar em janeiro de 2016.

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de gerenciamento de risco.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e de *hedge* contratados em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

A classificação e a mensuração dos principais ativos financeiros por categoria são os seguintes:

Ativos financeiros	2024			2023		
	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Caixa e equivalentes de caixa (nível 2)	-	58.642	58.642	-	182.716	182.716
Contas a receber	1.309.153	-	1.309.153	958.061	-	958.061
	1.309.153	58.642	1.367.795	958.061	182.716	1.140.777

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Os passivos financeiros são classificados e mensurados ao custo amortizado, como se segue:

<u>Passivos financeiros</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Fornecedores	(343.340)	(499.512)
Empréstimos	(8.339.516)	(6.109.885)
Partes relacionadas	(11.802)	(27.214)
	<u>(8.694.658)</u>	<u>(6.636.611)</u>

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

A Companhia possui política formal para gerenciamento dos riscos financeiros. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção patrimonial (*hedge*) é feita por meio de uma análise da exposição ao risco (câmbio, taxa de juros entre outros riscos) e obedece a estratégia aprovada pela Administração.

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de risco relacionados a moedas estrangeiras deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo (até um ano), podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante.

Risco de mercado e financeiros

O Grupo possui operações de serviços portuários e minério de ferro. O preço médio anual do minério de ferro se manteve estável em 2024, em comparação a 2023, principalmente, pela econômica global, que manteve a produção de aço e a demanda por minério de ferro. A Administração entende que a cotação do minério de ferro para o ano de 2024 é um risco inerente ao setor de commodities, que pode impactar os volumes e preços projetados no plano de negócios; entretanto, no longo prazo, a expectativa permanece de demanda e preço atrativos, uma vez que o aço é matéria-prima essencial ao sistema produtivo mundial.

Risco cambial

A Companhia tem transações atreladas a moedas estrangeiras, principalmente em operações de empréstimos e financiamentos. Considerando que os contratos de embarque de minério serão negociados em Dólar, a Companhia possui um *hedge* natural, motivo pelo qual com o início das operações de sua Controladora, a Administração alterou a moeda funcional para o Dólar. Contudo, elevadas flutuações na taxa de câmbio podem gerar efeitos adversos nas demonstrações financeiras.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco--Continuação

Risco de liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado nos respectivos vencimentos.

As disponibilidades são suficientes para honrar as despesas operacionais ao longo dos próximos 90 dias. Além disso, há que se considerar a geração de caixa oriunda das operações de serviços portuários.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

As operações da Companhia estão sujeitas aos riscos de crédito abaixo descritos:

<u>Posições representativas do risco de crédito</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Caixa e equivalentes de caixa	58.642	182.716
Contas a receber	1.309.153	958.061
	1.367.795	1.140.777

26. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, o total da cobertura de seguros da Companhia contra riscos operacionais é de USD 200,000, cobertura de responsabilidade civil geral de USD 200,000, cobertura de riscos ambientais de R\$75.000 e D&O no valor de R\$150.000.

Porto Sudeste do Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2025, a subsidiária Porto Sudeste Exportação S/A, recebeu da Receita Federal do Brasil o montante de R\$243 milhões, referente à restituição tributária de PIS e COFINS.

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>
Oscar Pekka Fahlgren - Presidente	Jayme Nicolato - Diretor-Presidente
William Kenneth Loughnan - Vice-Presidente	Guilherme Caiado - Diretor de Operações
Jesus Fernandez López - Conselheiro	Thiago Roldão - Diretor Financeiro
Hani Barhoush - Conselheiro	
Filip Chrostek - Conselheiro	
Kelly Michele Thomson - Conselheira	

Flávio Ary de Oliveira Silveira
Contador CRC-MG 095.168/O-9